

Contas Regionais de 2015: notícias ruins para o Rio Grande do Sul

Breve análise das finanças públicas do Brasil

A lenta melhora no mercado de trabalho dita o ritmo da recuperação

Cenário desinflacionário é bom para as famílias de baixa renda

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Contas Regionais de 2015: notícias ruins para o Rio Grande do Sul

O IBGE divulgou, na semana passada, os resultados das Contas Regionais do Brasil referentes ao ano de 2015. Esse levantamento consolida as estatísticas do PIB de todos os estados, incluindo as aberturas dos dados pela ótica da oferta.

Pela primeira vez desde o início da série histórica, em 2002, houve queda em todas Unidades da Federação, culminando com a retração da atividade econômica em âmbito nacional de 3,5%: a maior já registrada desde 1990 (-4,3%), ano marcado pelo Plano Collor. Vale notar que os resultados do PIB de dois anos atrás foram bastante díspares entre os estados. Enquanto 18 registraram variações superiores à média, 9 sofreram quedas ainda mais acentuadas.

Para o Rio Grande do Sul, infelizmente, as surpresas foram negativas. Em primeiro lugar, nosso estado teve o terceiro pior desempenho entre os 27 brasileiros, com retração de 4,6% do seu nível de atividade. Essa variação difere muito da estimativa realizada pela FEE para aquele ano, de 3,4%.

Praticamente todos os segmentos tiveram resultados piores conforme o IBGE em relação aos cálculos da Fundação do RS. A Agropecuária passou de crescimento de 12,0% para 9,5%, a Construção civil de -5,3% para -7,0% e os Serviços de transportes de -1,2% para -5,3%. Uma das exceções ficou por conta da Indústria de transformação: de -13,4% para -12,7%. Ainda que marginalmente menos intensa, a recessão

que atingiu o principal segmento do setor secundário naquele ano foi colossal.

A análise da série histórica das Contas Regionais também mostra uma realidade muito preocupante para o nosso estado. Entre 2002 e 2015, tivemos o menor crescimento acumulado do PIB entre todas as UF's: apenas +30,8%, enquanto o Brasil cresceu 45,4% no mesmo período. A taxa média ao ano foi de apenas 2,1%, próxima ao Rio de Janeiro. Alguns de nossos pares mais importantes obtiveram desempenhos melhores, como Minas Gerais (+2,4%), Santa Catarina (+2,6%), Paraná (+2,7%) e São Paulo (+2,8%). Justamente uma das principais causas desse desempenho ruim do RS foi a Indústria de transformação, que caiu, em média, 0,5% a.a..

Mesmo com esse desempenho ruim, o Rio Grande do Sul vem mantendo a quarta colocação no *ranking* das maiores economias do país. Isso só não aconteceu em 2013, quando caímos para a quinta posição, ultrapassados pelo Paraná.

Além da questão demográfica, o Rio Grande do Sul sofre com a falta de investimentos oriundos da esfera federal e com a crise das finanças públicas estaduais, que diminui a geração de margem para elevar a capacidade produtiva da economia. A reversão do déficit estrutural das contas é apenas uma das medidas necessárias para acelerar nosso crescimento.

Breve análise das finanças públicas do Brasil

O Tesouro Nacional traçou recentemente um panorama sobre a situação das finanças públicas do Brasil. A apresentação, feita na Universidade de Brasília (UnB), constitui fonte relevante de informações no que tange à política fiscal e dos seus desafios para os próximos anos.

Um dos exercícios realizados envolveu o impacto da inflação sobre as receitas e as despesas nos últimos anos. O ganho líquido para o governo em 2015 – ano em que o IPCA alcançou 10,7% – foi de R\$ 23,1 bi. Em 2016, a desaceleração dos índices de preços devolveram tudo o que o governo havia acumulado no ano anterior (- R\$ 23,0 bi), principalmente por conta do efeito da indexação sobre as despesas. Em 2017, a desaceleração mais intensa da inflação foi responsável por diminuir o resultado do governo em R\$ 30 bi.

Especificamente no que tange à arrecadação de impostos do Governo Federal em setembro, realizou-se o desmembramento dos motivos que levaram ao crescimento registrado na comparação com o mesmo mês do ano passado. A receita no período passou de R\$ 96 bi para R\$ 104 bi em termos reais, ou seja, já desconsiderando o efeito da inflação.

Dos R\$ 8 bi a mais nesse íterim, R\$ 3,7 bi se deveram à melhora do cenário econômico, o que revela

algo positivo. Já R\$ 3,3 bi foram atribuídos ao Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), que oportuniza a regularização das dívidas junto à Receita Federal, enquanto R\$ 1 bi veio da elevação do PIS/COFINS dos combustíveis.

Pelo lado da despesa, o governo tem feito esforço considerável, desde o início de 2015, cortando as chamadas despesas discricionárias, que incluem investimentos e o custeio da máquina. Após alcançar R\$ 204,8 bi em 2014, o nível atual no acumulado em 12 meses até setembro está em R\$ 128,1 bi, inferior ao encerramento de 2010 (R\$ 145,7 bi). No entanto, esses cortes prejudicam a capacidade de crescimento futuro do país.

Já os gastos obrigatórios seguem sua trajetória ininterrupta de crescimento, pressionados pelos benefícios previdenciários. Esse tipo de alocação vem ganhando cada vez mais espaço dentro do orçamento do governo, passando de 38,4% em 2010 para 42,5% em 2017, tornando o orçamento cada vez mais rígido.

Desde o ano passado, as despesas passíveis de contingenciamento são insuficientes para cobrir os rombos fiscais. Isso significa que os ajustes são urgentes para dar sustentabilidade as finanças públicas e evitar que a dívida suba ainda mais.

A lenta melhora no mercado de trabalho dita o ritmo da recuperação

Acreditamos que velocidade de recuperação da economia brasileira será no compasso da recuperação do mercado interno. Dessa forma, a evolução do mercado de trabalho será fundamental para sabermos a temperatura da economia, ou seja, em que ritmo ela está se aquecendo.

Analisando os dados até setembro, o que vemos é, sem sombra de dúvidas, uma melhora. Porém, a evolução é lenta. A taxa de desemprego no Brasil, que mede a parcela daqueles que não estavam ocupados e procuraram emprego na semana de referência, mas não foram contratados, caiu de 13,0% no final do segundo trimestre para 12,4% no final do terceiro trimestre. Na comparação com o terceiro trimestre de 2016, a taxa de desemprego ainda está 0,6 pontos percentuais (p.p.) acima. Entretanto, nessas comparações interanuais, percebe-se que o crescimento é cada vez menor, mostrando tendência clara de melhora.

No Rio Grande do Sul a conjuntura é um pouco mais positiva. No final do terceiro trimestre, a taxa de desocupação ficou em 8,0%, o que significou 0,4 p.p. abaixo do final do segundo trimestre e 0,2 p.p. a menos do que o mesmo trimestre do ano anterior. Portanto, a evolução do RS é notadamente melhor do que a do agregado do país. Destaca-se que o nível da taxa de desemprego no RS é tradicionalmente menor do que no BR por conta de diversas características da nossa economia e população.

O ponto negativo ainda é a elevada taxa composta

Cenário desinflacionário é bom para as famílias de baixa renda

O ano de 2017 foi marcado por uma intensa desinflação. Na janela de um ano que vai de outubro de 2016 até o mesmo mês deste ano, o índice oficial de inflação brasileiro (IPCA) caiu de 7,9% em outubro do ano passado para 2,7% no mesmo mês de 2017: recuo de 5,2 p.p.. O que talvez não fique tão claro a partir da leitura dos dados é que a forma como essa desinflação ocorreu foi ainda mais benéfica para os mais pobres.

Em que pese a grande ociosidade de maquinário instalado nas empresas e o elevado desemprego na economia, o grande motor da desaceleração do IPCA veio dos alimentos para consumo doméstico. A supersafra agrícola ampliou consideravelmente a oferta disponível, de tal forma que este grupo apresentou deflação de 5,1% nos doze meses encerrados em outubro.

Em função da renda mais baixa, grande parte do orçamento das famílias mais pobres está comprometida com alimentos essenciais. Isso significa que sobra pouco espaço para o consumo de outros bens. Com a deflação, é como se essas famílias tivessem um aumento de renda relativo, gerado pelo preço mais baixo desses produtos vitais.

Essa relação fica evidente quando se comparam os dois principais índices do IBGE: o IPCA (Índice de

da subutilização da força de trabalho (que agrega os desocupados, os subocupados por insuficiência de horas e os que fazem parte da força de trabalho potencial). Esse indicador mede de maneira mais ampla a ocupação da economia. Durante períodos de crise severa, muitos trabalhadores encontram ocupação em tempo parcial, e gostariam de trabalhar mais horas, ou deixam de procurar emprego, mesmo tendo o desejo de trabalho, por acreditar que não lograrão êxito.

No Brasil, a taxa composta da subutilização da força de trabalho atingiu 23,9% no terceiro trimestre, ficando praticamente estável em relação ao trimestre anterior e 2,7 p.p. maior do que no mesmo trimestre de 2016. No Rio Grande do Sul, essa estatística atingiu 15,7%, o que representa uma queda de 0,3 p.p. na comparação com o segundo trimestre desse ano, mas 1,3 p.p. acima do registrado no mesmo trimestre do ano passado.

O resultado da pesquisa mostra que a evolução do mercado de trabalho é positiva, mas ainda tímida. A expectativa é de continuidade de melhora no final de 2017 e ao longo de 2018. Entretanto, ainda há dúvidas sobre qual patamar essa taxa irá se estabilizar. Será que o ciclo de crescimento que estamos iniciando terá força o suficiente para trazer a economia rapidamente para o pleno emprego ou será que passaremos um período mais longo de desemprego? Acreditamos que a resposta para essa questão é complexa, e o desfecho positivo passa por uma melhora estrutural na economia brasileira que precisará ocorrer a partir de 2018.

Preços ao Consumidor Amplo) e o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). O IPCA é um índice desenvolvido para medir a inflação de bens consumidos por famílias cuja renda vai de 1 a 40 salário mínimos. Já o INPC é focado nas famílias em situação mais desfavorável, com renda de 1 a 5 salário mínimos. Enquanto que o primeiro encerrou os últimos 12 meses terminados em outubro em 2,7%, o segundo registrou 1,8% nessa base de comparação.

O descolamento entre os dois índices não era tão grande desde setembro de 2008. Isso ocorreu justamente por conta do peso relativo dos alimentos nas suas composições (em média, 22% do INPC contra apenas 16% do IPCA), de acordo com as informações do Instituto.

Não há dúvidas de que cenários onde a inflação é bem-comportada contribuem muito para a melhora na confiança dos empresários e dos consumidores, favorecendo a atividade econômica. Entretanto, o avanço mais lento do nível de preços para as famílias de menor poder aquisitivo também ajuda na redução da desigualdade de renda.